



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0016324-70.2010.8.26.0566 - 2011/000622**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Posse de Drogas para Consumo Pessoal**
 Documento de Origem: **TC - 094/2010 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Réu: **Gabriele Bueno de Camargo**
 Data da Audiência: **01/09/2015**

Audiência de instrução e julgamento em procedimento criminal previsto na Lei 9.099/95, nos autos do processo em epígrafe que a Justiça Pública move em face de **GABRIELE BUENO DE CAMARGO**, realizada no dia 01 de setembro de 2015, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a ausência da acusada, estando presente o Defensor Público **DR. JONAS ZOLI SEGURA**. Iniciados os trabalhos, pela Defesa foi dito: MM Juiz: É caso de ser declarada extinta a punibilidade da acusada Gabriele Bueno de Camargo, em decorrência da prescrição da pretensão punitiva. Conforme disposto no artigo 30 da Lei 11.343/06, o prazo prescricional da infração penal narrada na denúncia é de 2 anos. O fato foi praticado em 21/09/2010, sendo que na época a acusada era menor de 21 anos, o que acarreta na redução pela metade do aludido prazo prescricional. O feito foi distribuído à justiça comum (fls. 23), com o recebimento da denúncia em 31/07/2012 (fls. 134), sendo que até o momento não houve sentença de mérito. É bem verdade que a acusada foi beneficiada com a suspensão condicional do processo, mas ainda que descontado o período de prova em que há a suspensão do prazo prescricional, verifica-se no presente caso a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva. Conforme já ressaltado, a denúncia foi recebida em 31/07/2012 e o feito suspenso em 14/02/2013 (fls. 147). O benefício foi revogado em 07/10/2014 (fls. 158). Assim, a somatória dos prazos em que a prescrição não ficou suspensa ultrapassa o lapso de um ano. Portanto, é de rigor a extinção da punibilidade da acusada em face da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, com fundamento no artigo 107, IV, e artigo 115, ambos do CP, c.c. artigo 30 da Lei 11.343/06. Pelo Dr. Promotor de Justiça foi dito: MM Juiz: Concordo com a manifestação da defesa e opino pela extinção da punibilidade em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

razão da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva. Pelo MM Juiz foi deliberado o seguinte: Declaro extinta a punibilidade da acusada **GABRIELE BUENO DE CAMARGO**, em razão da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, com base no artigo 107, IV, e artigo 115, ambos do CP, c.c. artigo 30 da Lei 11.343/06. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Registre-se e comunique-se. Nada mais. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Defensor Público: